

ENTRE O PRÍNCIPE E A TEMPESTADE: O QUE PODEMOS APRENDER COM MAQUIAVEL SOBRE OS DESAFIOS POLÍTICOS DA CRISE CLIMÁTICA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.750112524033>

Data de aceite: 17/04/2025

Marco Machado, PhD

Fundação Universitária de Itaperuna
(FUNITA)

<http://lattes.cnpq.br/6549675665082560>

BETWEEN THE PRINCE AND THE TEMPEST: WHAT WE CAN LEARN FROM MACHIAVELLI ABOUT THE POLITICAL CHALLENGES OF THE CLIMATE CRISIS

RESUMO: Este ensaio propõe uma articulação entre a filosofia política de Nicolau Maquiavel e a crise climática contemporânea, considerando os desafios de governança, poder e responsabilidade diante de uma catástrofe ambiental global. Com base nos conceitos de *virtù*, *fortuna* e razão de Estado, argumenta-se que a leitura maquiavélica pode jogar luz nos dilemas enfrentados por lideranças políticas diante da instabilidade ecológica. Diálogos com autores como Bruno Latour, Naomi Klein, Dipesh Chakrabarty e Timothy Morton permitem ampliar essa reflexão, deslocando a crise ambiental do campo técnico para o campo político-filosófico. A crise climática exige novas formas de imaginar o poder e a ação em meio à incerteza, e a tradição realista de Maquiavel oferece ferramentas críticas para esse esforço.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel; crise climática; filosofia política; razão de Estado; antropoceno.

ABSTRACT: This essay proposes an articulation between Niccolò Machiavelli's political philosophy and the contemporary climate crisis, focusing on the challenges of governance, power, and responsibility in the face of a global environmental catastrophe. Drawing on the concepts of *virtù*, *fortuna*, and *reason of state*, the essay argues that a Machiavellian perspective can shed light on the dilemmas faced by political leaders amid ecological instability. Dialogues with thinkers such as Bruno Latour, Naomi Klein, Dipesh Chakrabarty, and Timothy Morton help broaden this reflection by shifting the climate crisis from a technical domain to a political-philosophical one. The climate crisis demands new ways of imagining power and action in the face of uncertainty, and Machiavelli's realist tradition offers critical tools for that endeavor.

KEYWORDS: Machiavelli; climate crisis; political philosophy; reason of state; Anthropocene.

INTRODUÇÃO

Fiz ofuscar o sol do meio-dia,/ amotinei os ventos tormentosos,/ deflagrei a guerra entre o verdor do/ mar e o azul do firmamento./ Acendi o terrível trovão/ e fendi o carvalho de Júpiter/ com seus próprios raios./ Fiz tremer o promontório/ e arranquei pela raiz pinheiros e/ cedros. Ao meu comando,/ os mortos despertaram/ e, graças ao poder da minha/ arte, os túmulos se abriram/ para deixá-los sair./ Mas agora renuncio à minha/ magia. (William Shakespeare, A Tempestade).

A emergência climática¹ impele a humanidade na rota de redefinição radical de nossa relação com o planeta, interpelando as estruturas políticas responsáveis por sua gestão. O desafio que se impõe à filosofia política é pensar como as formas de organização do poder podem responder a um problema cuja escala ultrapassa as fronteiras nacionais, temporais e institucionais. O pensamento de Nicolau Maquiavel, clássico da filosofia política, ainda que não tenha se debruçado sobre o tema, já que viveu em outra realidade histórica, oferece ferramentas conceituais que podem ser úteis para pensar a crise climática não apenas como um fenômeno técnico ou moral, mas sobretudo como uma questão de poder e decisão. A articulação entre *virtù* e *fortuna*, a centralidade da ação estratégica e a noção de razão de Estado podem ser reinterpretadas à luz do contexto atual, à medida que governos e sociedades enfrentam os limites ecológicos do capitalismo e da modernidade.

Apesar de reconhecer que há um risco de anacronismo (SKINNER, 2010), que tentaremos evitar ao máximo, o objetivo desse ensaio filosófico especulativo é realizar um exercício de reflexão partindo das ideias de Maquiavel sobre como os gestores políticos poderiam enfrentar um problema tão grave que ameaça a própria existência da humanidade. Sendo um exercício de reflexão não temos como finalidade a entrega de uma proposta pronta e fechada, mas atrair a atenção para que mesmo pensamentos não especificamente focados nos problemas da crise ambiental possibilitam a construção de ferramentas políticas úteis no enfrentamento da realidade contemporânea.

DESENVOLVIMENTO

A Fortuna e o Antropoceno: a Natureza como Sujeito Político

Mas, apesar de ser isso inevitável [fúria dos rios e inundações], nada impediria que os homens, nas épocas tranquilas, construíssem diques e cais, de modo que as águas, ao transbordarem do seu leito, corresse por estes canais ou, ao menos, viessem com fúria atenuada produzindo menores estragos. (MACHIAVELLI, O Príncipe, 2019)

1. A expressão *emergência climática* refere-se ao reconhecimento, por parte de instituições científicas, governamentais ou da sociedade civil, de que as mudanças climáticas representam uma ameaça urgente e sem precedentes à vida no planeta, exigindo ações imediatas, coordenadas e de grande escala para mitigar seus impactos e evitar catástrofes ambientais, sociais e econômicas.

Em *O Príncipe*, Maquiavel define a *fortuna* como uma força externa, caótica e instável que escapa ao controle humano, mas que pode — ao menos parcialmente — ser enfrentada por meio da ação estratégica (*virtù*) para aumentar as chances de sucesso. Em uma passagem célebre, ele a compara a um rio violento que, se não contido por diques, arrasa tudo em seu caminho. No contexto dos problemas gerados pelo Antropoceno² a *fortuna* pode ser relida³ como o conjunto de processos ecológicos que, ao serem desestabilizados pela ação humana, retornam como ameaça sistêmica: inundações, secas, pandemias, migrações em massa, escassez de recursos.

Em uma linha convergente, Chakrabarty (2009) argumenta que a crise climática exige o colapso das distinções tradicionais entre natureza e história. Ele posiciona o ser humano como agente geológico capaz de desequilibrar os sistemas do planeta e, simultaneamente, como vítima dessas mesmas alterações. Essa dualidade causador-vítima desafia narrativas históricas antropocêntricas e expõe a vulnerabilidade humana diante de forças que ela própria desencadeou: a já velha ideia de que o planeta será destruído em contraposição a de que a humanidade será extinta, mas o planeta continuará. Nesse cenário, a *fortuna* maquiavélica se atualiza como um “retorno do real” ecológico: imprevisível, descontrolado, mas com o qual é preciso lidar politicamente. Maquiavel, ao reconhecer a instabilidade do mundo, oferece uma chave de leitura que se opõe tanto ao determinismo quanto ao idealismo moral: o real exige ação estratégica.

Virtù Climática: Decisão Política e Coragem em Tempos de Colapso

Fato análogo sucede com a fortuna, a qual demonstra todo o seu poderio quando não encontra ânimo [*virtù*] preparado para resistir-lhes e, portanto, volve os seus ímpetos para os pontos onde não foram feitos diques para contê-la. (MACHIAVELLI, *O Príncipe*, 2019)

A *virtù*, no pensamento maquiaveliano, não é sinônimo de virtude moral, mas de capacidade de ação eficaz e adaptativa. É o atributo daquele que, compreendendo as condições históricas, age com inteligência estratégica e audácia calculada, mesmo que isso exija transgredir normas éticas tradicionais, para garantir o sucesso político.

2. O termo Antropoceno, proposto para designar uma nova época geológica marcada pelo impacto humano irreversível nos sistemas terrestres, tem sido amplamente debatido por teóricos como Dipesh Chakrabarty e Bruno Latour. Chakrabarty (2009) problematiza as implicações históricas e filosóficas do conceito, argumentando que ele dissolve a tradicional separação entre história humana e natural, exigindo uma reavaliação de narrativas políticas e ecológicas. Já Latour (2017) enfatiza o Antropoceno como um “fenômeno político”, destacando a necessidade de redefinir agências e responsabilidades diante de redes complexas de atores humanos e não humanos. Ambos criticam visões simplistas de “dominação da natureza”, defendendo abordagens que integrem incertezas científicas e justiça climática.

3. A *fortuna* maquiaveliana era contingente (ex.: uma guerra inesperada), enquanto os processos do Antropoceno (ex.: aquecimento global) são sistêmicos e de longo prazo, com efeitos irreversíveis. Para isso pedimos uma licença conceitual para adaptar o conceito para além do quadro teórico original.

Aplicada à crise climática, a *virtù* exige não apenas conhecimento técnico-científico, mas principalmente coragem política para tomar decisões impopulares, romper com lógicas de crescimento infinito e enfrentar os interesses que perpetuam a destruição ambiental.

Naomi Klein (2014), ao denunciar o capitalismo desregulado como motor da crise climática, reforça a ideia de que a resposta à emergência ecológica não será técnica, mas política. O que falta não são evidências científicas, mas vontade e capacidade de enfrentar os poderes estabelecidos.⁴ Sob essa perspectiva, a *virtù* atualiza-se como disposição para o conflito — como Maquiavel sugeria —, mas agora com foco na preservação da vida coletiva e não apenas na estabilidade do Estado.

Razão de Estado e Governança Ecológica

A tradição realista inaugurada por Maquiavel, e posteriormente desenvolvida por Jean Bodin, Hobbes e Carl Schmitt, introduz a ideia de que, diante de situações excepcionais, o Estado pode agir fora das normas convencionais para garantir sua sobrevivência. A crise climática coloca em cena justamente essa situação-limite: quando o próprio habitat que sustenta a vida política está ameaçado, o que se justifica em nome da sobrevivência?

A ideia de um estado de exceção ecológico, inspirada na teoria de Giorgio Agamben sobre suspensão de normas em crises, tem sido mobilizada para analisar os riscos de políticas autoritárias justificadas pela emergência climática. Timothy Morton (2013), porém, critica essa abordagem, argumentando que a crise ecológica exige não soluções excepcionais, mas uma reconfiguração radical da coexistência com o não-humano, além de lógicas binárias de emergência/normalidade. Se por um lado, há o perigo do ecoautoritarismo⁵ em regimes que instrumentalizam a crise para justificar o controle social, por outro, há a oportunidade de repensar radicalmente os fundamentos da autoridade política, com base em uma ética do cuidado planetário. Maquiavel, ao pensar a política como resposta eficaz ao caos, pode ser relido como inspiração para uma nova razão de Estado, voltada não à guerra entre nações, mas à guerra contra o colapso ambiental.

Um exemplo prático é a questão da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira. Ele ilustra com clareza os dilemas contemporâneos em que decisões políticas exigem um delicado equilíbrio entre interesses econômicos, demandas sociais e responsabilidades ambientais. De um lado, o argumento em favor da exploração sustenta-se na soberania energética, na geração de empregos e na arrecadação de recursos para políticas públicas em regiões historicamente negligenciadas, como o Norte e o Nordeste do Brasil. De outro, estão os alertas da comunidade científica sobre os riscos ecológicos para

4. Gostaríamos de ressaltar que Klein enfatiza que a mudança virá de “blocos de resistência” (ex.: comunidades indígenas, ativistas do Sul Global), e não exclusivamente das esferas políticas tradicionais.

5. O termo ecoautoritarismo refere-se a abordagens políticas que defendem a suspensão ou limitação de liberdades democráticas em nome da proteção ambiental, sob a justificativa de que somente um controle centralizado, tecnocrático ou autoritário seria capaz de enfrentar a gravidade da crise ecológica. Essa ideia é debatida por diversos autores, sendo criticada por conflitar com os princípios da justiça ambiental e da participação cidadã.

a biodiversidade marinha e os compromissos climáticos internacionais assumidos pelo país. Neste contexto, a noção maquiavélica de razão de Estado torna-se particularmente relevante: cabe ao governante avaliar, com base em critérios de eficácia e estabilidade, qual decisão melhor preserva os interesses estratégicos da nação. Tal como propõe Maquiavel, a ação política deve ser orientada pela prudência e pela leitura realista das circunstâncias, mesmo que isso implique contrariar princípios morais falaciosos ou suportar críticas externas. O desafio está em discernir se a contenção da exploração representa um gesto de *virtù* preventiva, no sentido de evitar futuros colapsos, ou se, ao contrário, a autorização do empreendimento constitui uma resposta estratégica à *fortuna* econômica e geopolítica que se apresenta no presente.

CONCLUSÃO

Na dramaturgia de Shakespeare, o personagem Próspero detém um poder extraordinário que em certo momento de reflexão e angústia ele decide abandonar. Esse abandono é em prol da reconciliação, da própria humanidade e do encerramento de um ciclo. A citação não foi despropositada, visto que os perigos da emergência climática nos avizinham e tem gerado angústia e dissenso. Veementemente afirmamos que não queremos propor que a humanidade abandone, deixe de usar ou negue todos os progressos científicos que dicotomicamente levaram ao progresso sem precedentes, mas também a beira da derrocada ambiental, contudo o gesto de maturidade e bom senso de Próspero pode nos servir de exemplo quando atentamos para o fechamento de um ciclo e a necessidade de reconciliação para o bem da humanidade. Principalmente a difícil escolha de tomar uma decisão e agir, como conclamando ao príncipe por Maquiavel.

A leitura de Maquiavel, devidamente adaptada, à luz da crise climática não é uma anacronia, mas um exercício de imaginação política. Ao deslocar o foco das soluções morais para os dilemas do poder, a filosofia política realista nos obriga a enfrentar a crise com o senso trágico e pragmático que ela exige. A *virtù* de nossos tempos talvez consista em construir formas de governança capazes de reconhecer os limites planetários, enfrentar os interesses estabelecidos e agir com coragem diante da *fortuna* ecológica. Por vezes, as soluções propostas por Maquiavel causam estranheza nos ouvidos contemporâneos, esse é um dos perigos do anacronismo. Não é intenção deste texto propor uma adoção irrestrita e irreflexiva do florentino quinhentista, mas sim a reinterpretação atualizada da filosofia política realista encontrada nas obras maquiavelianas. Em um mundo no qual o colapso climático já não é uma hipótese, mas uma realidade em curso, pensar com Maquiavel pode nos ajudar a compreender não apenas o que está em jogo, mas o que precisa ser feito.

REFERÊNCIAS

CHAKRABARTY, D. (2009). *The Climate of History: Four Theses*. Critical Inquiry, 35(2), 197-222.

KLEIN, N. (2014). *This Changes Everything: Capitalism vs. The Climate*. Simon & Schuster.

LATOUR, B. (2017). *Facing Gaia: Eight Lectures on the New Climatic Regime*. Polity Press.

LATOUR, B. (2017). *Where to Land? How to Orient Yourself in Politics*. Polity Press.

MACHIAVELLI, Niccolò, 1496-1527. O príncipe; com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia; tradução de Mário e Celestino da Silva – 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 160 p. – (Edições do Senado Federal; v. 248)

MORTON, T. (2013). *Hyperobjects: Philosophy and Ecology after the End of the World*. University of Minnesota Press.

SKINNER, Quentin. Maquiavel. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2010. 132p.